

A CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE E O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO PRIMÁRIA

THE CONSTRUCTION OF MASCULINITY AND THE PROCESS OF PRIMARY SOCIALIZATION

¹ANTONIO, E. S.; ²MIRANDA, N. V. H. R.
^{1º2}Departamento de Psicologia–Centro Universitário das
 Faculdades Integradas de Ourinhos-FIO/FEMM

RESUMO

Na cultura ocidental predomina um modelo de masculinidade que afirma uma superioridade do masculino em relação ao feminino. Ancorado em aspectos biológicos, esse modelo é denominado masculinidade hegemônica. Para compreender o seu processo de emergência, é preciso compreender os elementos que sustentam esse discurso, em um processo que não é natural, mas de construção histórica e social. Dessa forma, os processos de socialização são fundamentais para compreensão das relações assimétricas de gênero, sobretudo a socialização primária, que ocorre fundamentalmente no âmbito familiar e na primeira infância, produzindo as representações sociais mais arraigadas nos sujeitos.

Palavras-chave: Construção da Masculinidade. Masculinidades. Socialização Primária. Psicologia Social.

ABSTRACT

In Western culture predominates a model of masculinity that affirms a superiority of the masculine in relation to the feminine. Anchored in biological aspects, this model is denominated hegemonic masculinity. To understand its emergency process, it is necessary to understand the elements that sustain this discourse, in a process that is not natural, but of historical and social construction. Thus, socialization processes are fundamental for understanding asymmetric gender relations, mainly the primary socialization, which occurs fundamentally in the family and early childhood, producing the most entrenched social representations in the subjects.

Keywords: Construction Masculinity. Masculinities. Primary Socialization. Social Psychology.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte da discussão realizada por meio da pesquisa qualitativa em andamento, financiada pelo programa de Iniciação Científica – PIBIC – UNIFIO, vinculado ao Centro Universitário das Faculdades integradas de Ourinhos.

Na história da civilização ocidental predomina um padrão na construção das ideias relativas ao masculino e à masculinidade. Compreender essa construção é analisar os elementos que englobam e sustentam todo o sistema cultural, e no caso, um dos elementos que se destaca é afirmação de uma força intrínseca ao masculino, enfatizado como superior ao feminino com base em pressupostos biológicos.

Formatado: Espaço Depois de: 0 pt, Espaçamento entre linhas: simples

Formatado: Espaço Depois de: 0 pt, Espaçamento entre linhas: simples

Formatado: Espaço Depois de: 0 pt, Espaçamento entre linhas: simples

Formatado: Fonte: 10 pt

Formatado: Espaço Depois de: 0 pt, Espaçamento entre linhas: simples

Formatado: Fonte: 10 pt

Formatado: Espaço Depois de: 0 pt

Formatado: Recuo: À esquerda: 0 cm, Deslocamento: 3 cm, Espaço Depois de: 0 pt

Formatado: Espaço Depois de: 0 pt, Espaçamento entre linhas: simples

Formatado: Espaço Depois de: 0 pt, Espaçamento entre linhas: simples

Formatado: Espaço Depois de: 0 pt

Formatado: Espaço Depois de: 0 pt

Formatado: Espaço Depois de: 0 pt, Espaçamento entre linhas: simples

Formatado: Espaço Depois de: 0 pt

Formatado: Justificado, Espaço Depois de: 0 pt

Formatado: Espaço Depois de: 0 pt

Nas relações sociais, o homem exerce domínio sobre aqueles que não se enquadram como seus semelhantes e, desse modo, fixa regras e condutas para manter seus privilégios. Esse processo se inicia desde a infância na socialização primária, que ocorre primordialmente nas relações familiares, quando se reproduzem valores que podem permanecer profundamente arraigados na subjetividade dos indivíduos, como é o caso da assimetria entre os gêneros.

DESENVOLVIMENTO

A CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE

Segundo Bruschini, o termo construção é definido como “história e mudança social” (BRUSCHINI, 1988, p. 52). Para compreender os elementos que dão suporte à masculinidade hegemônica é necessário desnaturalizar os conceitos, compreendendo-os então como parte de um processo sócio histórico.

Oliveira (2004) afirma que existe uma notoriedade sobre o poder masculino, que predomina sobre mulheres e crianças e que condena aquele que não se enquadra ao modelo dito masculino. Assim, ser homem faz parte de um processo de reiteração de um conjunto de normas idealizadas, pois “nosso linguajar cotidiano trai nossas dúvidas, quem sabe até nossa preocupação ao se referir à masculinidade a um objetivo e um dever. Ser homem se diz mais no imperativo do que no indicativo” (BADINTER, 1993, p.3).

Nesse sentido, Connell e Messerschmidt (2013) ressaltam a referência ao padrão heteronormativo, que essencializa a relação macho-fêmea. Segundo os autores, “ao conceito de masculinidade é atribuído o fato de esse permanecer logicamente numa dicotomização do sexo (biológico) versus gênero (cultural), dessa forma marginalizando ou naturalizando o corpo” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p.245).

No senso comum, o imperativo “seja homem” se associa a questões relacionadas a um padrão de gênero hegemônico, “[...] é ele que serve para diferenciar as relações entre o papel masculino e o papel feminino em termo de confrontação e de justa, como também de dominação e de regulação de um pelo outro” (FOUCAULT, 2019, p. 155). Essa regulação é definida pelo autor como um conjunto de normas e condutas que abrangem o gênero masculino e feminino.

Formatado: Fonte: Negrito

Formatado: Centralizado, Espaço
Depois de: 0 pt

Formatado: Justificado, Espaço
Depois de: 0 pt

Formatado: Espaço Depois de: 0 pt

Em contraste, Butler (2014) expressa suas dúvidas a respeito da discussão feita por Foucault, ao enfatizar que aspectos dessa regulação existem no próprio gênero em si, como um conjunto de fatores sociais existentes no seu contexto.

Embora uma norma possa ser analiticamente separada das práticas nas quais ela está inserida, também pode mostrar-se recalcitrante a quaisquer esforços de descontextualização de sua operação. Normas podem ou não serem explícitas, e quando elas operam como o princípio normalizador da prática social, elas geralmente permanecem implícitas, difíceis de perceber e mais clara e dramaticamente discerníveis nos efeitos que produzem (BUTLER, 2014, p.252).

É nesse sentido que homens e mulheres acabam reproduzindo determinados comportamentos, sem perceber a existência de um controle.

A respeito da forma que os gêneros são constituídos em nossa sociedade, Fagundes argumenta que “[...] as mulheres, assim como os homens, são produtos de uma sociedade patriarcal onde impera um discurso dominante que coloca a mulher em uma posição desprivilegiada e subalternizada em comparação aos homens” (FAGUNDES et al., 2009, p.2).

A estrutura patriarcal tem como objetivo o domínio do mais fraco, que no caso são as mulheres.

A diferença sexual é convertida em diferença política, passando a se exprimir ou em liberdade ou em sujeição. Sendo o patriarcado uma forma de expressão do poder político, esta abordagem vai ao encontro da máxima legada pelo feminismo radical: “o pessoal é político” (SAFFIOTI, 2004, p.55).

Noslaco (1993) considera que os indivíduos se submetem ao padrão determinando dito como masculino e acaba por sua vez, seguindo sem argumentar. “Assim, os homens tornam-se crédulos de que sua formação física, definida pela massa muscular, os manteria eternamente senhores do mundo” (NOSLACO, 1993, p.18). No mesmo sentido, Butler aponta

[...] um discurso restritivo sobre gênero que insista no binarismo homem e mulher como a maneira exclusiva de entender o campo do gênero atua no sentido de efetuar uma operação reguladora de poder que naturaliza a instância hegemônica e exclui a possibilidade de pensar sua interrupção (BUTLER, 2014, p.254).

Nader e Caminoti (2014) especificam a relação social existente perante os gêneros masculino e feminino como comportamentos construídos socialmente, destacando-se na infância, pois “as pessoas nascem com um sexo biológico e ele

acaba determinando a maneira como serão tratadas pela família e pela comunidade a qual pertencem” (NADER; CAMINOTI, 2014, p.3). Como fazem notar, “ser um homem ou ser mulher, então, não é um estado predeterminado. É um tornar-se; é uma condição ativamente em construção” (CONNEL; PERARSE, 2015, p.38).

Badinter reafirma que “no sistema patriarcal, os homens utilizaram diferentes métodos para conseguir fazer do jovem, por sua vez, um homem de verdade” (BADINTER, 1993, p.69).

O modelo hegemônico, 'normal', de masculinidade é tão predominante que muitos crêem que as características e condutas associadas ao mesmo sejam 'naturais' Na realidade, não há a construção de uma única, mas de masculinidades. Reconhecer a possibilidade dos vários tipos de masculinidade, não significa tornar essas variâncias fixas, mas oferecer aos homens atuais a possibilidade teórica de diferenciarem e legitimarem as suas masculinidades entre si (CARVALHO FILHO, 2008, p.6).

“Tal controle é mantido pela simplificação a que fica remetida a subjetividade, bem como por meio de uma possível compreensão biológica de sua existência” (NOSLASCO, 1993, p.18).

Cabe ainda citar Bourdieu (2019), que ressalta os controles que se firmam na ordem dito como natural/normal um conjunto de categorias, “impõe-se por vezes porque tem o mérito de designar ao mesmo tempo uma unidade social” (BOURDIEU, 2019, p.23) utilizando como mecanismo a aproximação de iguais e os categorizando.

Badinter (1993) contextualiza que aspectos históricos de uma relação de poder, marcam os processos de identidade masculina, ressaltando comportamentos de possessão, dominação e força, diferenciando a identidade feminina como um oposto, algo a ser dominado, submissa e passivo. Essa análise se faz sobre um padrão hegemônico, fixado no conceito biológico, onde destaca o homem como um ser e ter um papel superior a mulher, considera que “a coerência interna do gênero e a estrutura binária para o sexo e o gênero são sempre consideradas como ficções reguladoras que consolidam e naturalizam regimes de poder convergentes de opressão masculina e heterossexista (BUTLER, 2019, p.70).

No mesmo sentido, Gomes (2008) argumenta que o homem ser associado a uma masculinidade é oposição a uma feminilidade. Em decorrência das manifestações em busca de igualdade de gênero, ao enfrentar a herança da sociedade patriarcal e machista, Connell; Messerschmidt (2013) argumentam que

homens que receberam os benefícios do patriarcado sem adotar uma versão forte da dominação masculina podem ser vistos como aqueles que adotaram uma cumplicidade masculina” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p.245).

A participação de sujeitos do gênero masculino nos assuntos relacionados ao movimento feminista iniciou uma série de questionamentos sobre a atual definição de masculinidade, “Alguns homens da nova esquerda tentaram se organizar em apoio ao feminismo, e essa tentativa chamou atenção para as diferenças de classe na expressão da masculinidade” (CONNELL; MESSERSCHMIDT; FERNANDES, 2013, p. 243). Sendo necessário o reconhecimento de iniciativas de movimentos sócias e ditos por minorias, que possibilitam questionamentos sobre o modelo hétero masculino.

O movimento feminista, a partir da década de 1970, e o movimento gay, a partir de 1980, abalam as bases naturalistas da dominação masculina, o que possibilitou abrir um imenso campo de pesquisas que abarcasse a discussão da masculinidade (GOMES, 2008, p.70).

Bento (2013) também comenta que surgem estudos destinados à compreensão dos mecanismos relacionados à predominância masculina na sociedade, nos quais se destaca a identificação das relações entre os homens para a construção de uma identidade. “O estudo das práticas remete à dimensão histórica, que deve ser observada por meio de uma perspectiva relacional. Ou seja, entender a construção da masculinidade como uma prática, que se estrutura histórica e relacionalmente” (BENTO,2013, p.83).

Connell, Messerschmidt e Fernandes (2013), definem o conceito de masculinidade hegemônica como um conjunto de atuações que enfatizaram o poderio masculino sobre as mulheres, o qual apresenta uma diferenciação de outras masculinidades. Entende-se que existem diversas masculinidades e não só um padrão existente. Como se faz notar Carvalho Filho (2008) a sua visão sobre a masculinidade afirma uma pluralidade delas através do tempo e do espaço” (CARVALHO FILHO, 2008, p.6) indo, assim, contra ao um modelo binário. “Os aspectos ideológicos referentes à masculinidade, portanto, influenciam cada aspecto do processo de socialização” (DE BRITO; DE PAULA, 2013, p.177).

A SOCIALIZAÇÃO PRIMÁRIA DO GÊNERO MASCULINO

Formatado: Justificado, Espaço
Depois de: 0 pt

Formatado: Espaço Depois de: 0 pt

Belloni (2007) ressalta o processo de socialização como sendo um campo de transmissão de valores culturais, modelos de relações, tomado de crenças, valores, representações e moldes para serem seguidos. Ao nascermos encontramos elementos já constituídos e empregados em nossas relações, onde somos imersos nesses processos. Berger e Luckmann (1985) destacam que a socialização primária ocorre na fase da infância, na qual se cria consciência dos papéis e condutas para suas relações em sociedade. É nas relações com seu primeiro núcleo social que algumas marcas lhe são atribuídas “a socialização primária, salvo raras exceções, se dá em âmbito familiar, e lá serão apresentados à criança os primeiros papéis e conceitos que serão internalizados” (PAULINO-PREREIRA, et al, 2017, p.4)

Lane (1986) ressalta que o primeiro grupo social é a família, trazendo consigo a primeira característica: o nome ao indivíduo. A propósito, cabe a explicação Arcoverde (2002) sobre família: refere-se a instituições e agrupamentos sociais bastante diferentes entre si, do ponto de vista de sua estrutura e funções, a saber: reprodução geracional como função específica ou exclusiva, política, econômica” (ARCOVERDE, 2002, p.1).

Os pais, logo que descobrem o sexo do bebê, começam a projetar um futuro e possibilitar um ambiente que caracteriza traços de seu gênero, no caso dos meninos, cores azuis e discursos relacionados a sua identidade sexual são evidentes. “O corpo é a fonte de uma identidade primária e o sexo uma de investimento desde cedo privilegiada, origem mais longínqua da idade sexuada” (BADINTER, 1993, p.42).

O patriarcado, como um dos elementos que ainda permeiam as nossas relações sociais, traz consigo ensinamentos que acabam repassando durante muitas gerações, fazendo com que, os homens repitam o que fora ensinado.

Assim, a socialização e a perpetuação das concepções de feminilidade e masculinidade marcam gerações em constante reposição do patriarcado e da superioridade não somente do homem, mas do “homem heterossexual” que se coloca em posição de “normalidade” e “superioridade”, tornando constante e preocupante a violência de gênero, dentro e fora do vínculo familiar (PAULINO-PREREIRA, et al, 2017, p.5)

Gomes (1992), a propósito, destaca que o filho tende a repetir as atividades desenvolvidas no ambiente familiar, sendo elemento fundamental para se diferenciar dos outros que possam aparentar da mesma idade e classe social. Em outro momento a autora complementa que “a criança não estabelece as condições iniciais

de sua existência, elas são um *a priori*. Assim, até mesmo a unicidade e a originalidade de cada um só existe em relação a condições previamente estabelecidas e que as determinam” (GOMES, 1992, p.94, grifos do autor). Cabe ainda enfatizar que a criança compreende de uma maneira diferente do adulto.

E, ainda, devemos considerar que, do ponto de vista da criança, os mesmos padrões são sentidos de forma bastante absoluta, além do viés de classe que perpassa não só o sentido de pertencimento, mas condiciona o processo de socialização e, mais particularmente, o processo de socialização primária (ARCOVERDE, 2002, p.5).

O gênero masculino tende a ter como comparativo elementos de sua sociedade e cultura, aqui se destaca que vivemos sobre padrões heteronormativo. “As relações homosociais podem influenciar a aprendizagem do ser homem, baseada na reprodução ou produção de padrões tidos culturalmente como masculinos” (GOMES, 2008a p. 79).

Comportamentos que remetem a uma heteronormativa buscam afunilar e domesticar os desejos singulares. No menino, em sua primeira socialização, destaca-se um desejo intrínseco dos pais e dos familiares à espera de relacionamentos voltados ao sexo binário e assim papéis a serem cumpridos. Butler (2019) ressalta as questões relacionadas a identidade ligadas a questões sexo binário, desta forma, relacionado ao desejo definido em virtude desses gêneros.

Gomes enfatiza que a criança tende a repedir o que lhe é ensinado. E os pais, por sua vez, repassam conforme suas experiências e suas percepções de vida, “não basta tudo isso, ela ainda promove a construção das bases da subjetividade, da personalidade e da identidade [...] tendo em vista a vida futura de cada criança: ela, a família, constrói os alicerces do adulto futuro” (GOMES, 1994, p.58).

Scott (1995) enfatiza que estudos atuais sobre gênero evidenciam a norma existente nos papéis sexuais entre os gêneros masculino e feminino. Os modos de agir ditos pelos pais são empregados em costumes e crenças geracionais. Discursos associados ao gênero masculino e às práticas esportivas, ações de coragem, bravura e um conjunto de situações lhe impedem de demonstrar qualquer tipo de “fraqueza”, sendo reforçados em diversos momentos que “homem não chora”, “isso é coisa de marica”, afirmações essas que reforçam a ligação de oposição ao gênero feminino e, em alguns momentos, contrapondo-se a qualquer comportamento

entendido como homossexual. Assim, as falácias destinadas ao gênero masculino são pronúncias enraizadas, que propagam uma relação de superioridade e poder.

Em outro momento a autora destaca: “Trata-se de exemplos de conexões explícitas entre gênero e poder, mas eles não são mais que uma parte da minha definição de gênero como uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p.91)

|

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas relações sociais são permeadas por um modelo de masculinidade que tende a exercer dominação sobre aquilo que não é reconhecido como masculino. A naturalização desse modelo é ancorada nos aspectos biológicos, constituindo a ideia de uma estrutura hegemônica.

Esse modelo de masculinidade é difundido nos processos de socialização, e, tem em vista que na socialização primária a família tem papel fundamental para construção de futuros adultos, é na infância que se constroem as representações mais arraigadas de gênero.

Assim, a possibilidade de discussões sobre essa temática agrega maior entendimento sobre o papel da família nesse processo de introdução para uma vida adulta. Esse movimento caminha em constante as lutas de gênero, de classe social, étnicas e raciais.

REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, A. C. B. **A família como núcleo socializador**. Mediação de conflitos e família: uma visão psicossocial da intervenção no judiciário. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002.

BADINTER, E. **XY: A identidade masculina**. Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 1993.

BELLONI, M. L. Infância, mídias e educação: revisitando o conceito de socialização. **Perspectiva**, v. 25, n. 1, p. 57-82, 2007.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. (Coleção Antropologia, 5) 15. ed. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis; Vozes, 1985.

BENTO, B. **Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas**. Natal; Edufrn. 2013.

BUTLER, J. Regulações de gênero. **Cadernos pagu**, n. 42, p. 249-274, 2014.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. – 17ª Ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BRUSCHINI, C. **Tesouro para Estudos de gênero e sobre mulheres**. Fundação Carlos Chagas Editora, 1998. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/tesouro/arquivos/TPEDGESM.pdf>. Acesso em: 05. Setembro. 2019.

Formatado: Espaço Depois de: 0 pt

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 15. ed. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BRITO, G. F.; DE PAULA, J. V. A masculinidade e a ideologia: a socialização masculina. **OPIS**, v. 13, n. 2, p. 173-188, 2013.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W.; FERNANDES, Tradução Felipe Bruno Martins. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos feministas**, p. 241-282, 2013.

CONNEL, R., PERARSE, P. **Gênero: uma perspectiva global**, tradução Marília Moschkovich, São Paulo, nVersos, 2015.

CARVALHO FILHO, S. de A. A masculinidade em Connell: os mecanismos de pensamento articuladores de sua abordagem teórica. **XIII Encontro de História Anpuh-Rio: Identidades**, p. 1-7, 2008.

FAGUNDES, A.L.M., ALMEIDA, A. S., ANDRADE, D., & MIRANDA, H. GÊNERO E PSICOLOGIA: UM DEBATE EM CONSTRUÇÃO NO CRP-03. **XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO**, p.1-10.2009.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2019.

GOMES, R. **Sexualidade, gênero e saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008a.

GOMES, J. V. Família e socialização. **Psicologia USP**, v. 3, n. 1-2, p. 93-105, 1992.

_____, Socialização primária: tarefa familiar. **Cadernos de Pesquisa**, n. 91, p. 54-61, 1994.

NADER, M. B.; CAMINOTI, J. M. Gênero e poder: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica. **Anais do**, v. 16, 2014.

LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense. 1986.

NOLASCO, S. A. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

OLIVEIRA, P. P. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

PAULINO-PEREIRA, F. C.; SANTOS, L. G. A. dos; MENDES, S. C. C. Gênero e identidade: possibilidades e contribuições para uma cultura de não violência e equidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, p. 1-10 2017.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. In: Gênero, patriarcado, violência. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo 2004.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e Realidade**. v.20, n.2, p.71-99.1995.